



Ato público na Praça da República, em 4/5

Cruesp ignora recuperação salarial, inicia com 2% e chega a 3,6% de reajuste. Fórum das Seis indica rodada de assembleias e mobilização

Segunda, 11/5, tem novas reuniões com os reitores.

Assembleias devem avaliar e deliberar sobre:

- Paralisações e novo ato estadual em São Paulo
- Pertinência de apresentação de contraproposta salarial pelo Fórum
- Indicativo de greve dos três segmentos na segunda quinzena de maio

O índice salarial oferecido pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) para a data-base 2026 frustrou os representantes do Fórum das Seis na negociação realizada em 4/5, na reitoria da Unesp. Os iniciais 2%, correspondentes a pouco mais da metade da inflação medida pelo IPC-Fipe no período maio/2025 a abril/2026, “avançaram” para 3,6%, após quase uma hora de conversa privada dos reitores, a pedido do Fórum, como se verá a seguir.

A negociação, que teve início às 15h e se estendeu até as 18h, foi acompanhada de um expressivo ato na Praça da República, em frente à nova sede da Unesp, majoritariamente composto por estudantes das três universidades, com faixas e cartazes que estampavam as reivindicações unificadas dos três segmentos. Foram 10 ônibus e duas vans da Unesp, dois ônibus da USP e quatro da Unicamp.

Tendo ao lado os reitores da Unicamp e da USP, os professores Paulo Cesar Montagner e Aluísio Segurado, e membros das três reitorias, a reitora da Unesp e atual presidente do Cruesp, Maysa Furlan, iniciou a reunião saudando os/as presentes e ressaltando o objetivo de avançar nas discussões da data-base. Na sequência, o diretor da Adunesp e coordenador do Fórum, João Chaves, expôs as expectativas das entidades com a reunião:

debater salários e demandas da permanência estudantil, bem como combinar uma agenda para abordar o conjunto da Pauta Unificada 2026, que tem tópicos fundamentais, como condições de trabalho e estudo, financiamento das instituições, previdência e outros.

A presidente do Cruesp frisou que a intenção da reunião era discutir especificamente o índice salarial e que as demandas

estudantis ficariam para um outro momento, a partir das conversas feitas no âmbito do grupo de trabalho (GT) entre Fórum e Cruesp, que vem se reunindo há um ano. Seguiram-se várias falas dos/das representantes das entidades, **repudiando a tentativa de calar a voz dos estudantes** e ressaltando a premência do debate sobre a permanência com exemplos concretos: a greve estudantil na USP desde o dia 14/4, as manifestações na Unicamp e na Unesp, nesta última com paralisações em vários *campi* e uma ocupação em andamento no Instituto de Artes (IA) em São Paulo, tendo a contratação de professores e funcionários como pauta central.

O reitor da Unicamp chegou a dizer que os estudantes sequer faziam parte do Fórum das Seis, no que foi prontamente corrigido pelo presidente da Adunesp, Antônio Luís de Andrade (Tato). As entidades estudantis foram incorporadas ao Fórum durante a forte greve de 2000, fortalecendo e formalizando uma unificação que já vinha ocorrendo na prática. As Pautas Unificadas, como a deste ano, são o produto concreto desta unidade, que vem sendo fundamental para a defesa dos direitos dos três segmentos e da autonomia das



universidades frente aos ataques neoliberais.

Já ao final da reunião, após ouvir os pontos centrais que as entidades estudantis querem debater – isonomia nos valores dos auxílios/bolsas, com reajustes e aumento das quantidades oferecidas, fim da contrapartida de trabalho exigida na Unicamp, cotas trans e vestibular indígena, contratações de professores e funcionários –, a professora Maysa agendou a realização de uma reunião no dia 11/5, às 15h, na qual estarão presentes os reitores e os membros do GT Permanência, para expor o relatório do que foi discutido e proposto até este momento. No mesmo dia, das 14h às 15h, o Cruesp receberá o Fórum das Seis tendo como pauta a questão salarial (*veja adiante*).

O reitor da USP foi bastante criticado pelas representantes do DCE da USP. O compromisso com uma terceira reunião de negociação, em meio à greve estudantil em curso, foi rompido unilateralmente sem qualquer aviso ao DCE. A informação sobre o cancelamento, inclusive, chegou ao conhecimento das entidades por meio de uma notícia divulgada no jornal Folha de S. Paulo na tarde de 4/5.

Por falar em arrocho...

Antes de apresentar a proposta salarial, a presidente do Cruesp passou a palavra aos técnicos das três universidades, que reproduziram o pessimismo que haviam demonstrado na reunião técnica realizada no dia 30/4: o da USP, Alberto Teixeira Protti, acredita que a arrecadação da quota-parte



do estado no ICMS em 2026 vá se limitar ao previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA/2026), de R\$ 187,1 bilhões, valor que orientou a confecção das peças orçamentárias das três universidades para este ano. Os da Unesp e da Unicamp, respectivamente Rogério Buccelli e Thiago Baldini da Silva, preveem que esse patamar não será atingido.

Feito o prólogo sombrio, a professora Maysa disse que era preciso pensar de um ponto de vista mais conservador, considerando inclusive que os orçamentos da Unesp e da Unicamp para 2026 já contêm déficit. Em seguida, colocou na mesa a proposta de 2% de reajuste salarial.

O anúncio motivou uma sequência de falas do Fórum. Afinal, o que significa a expressão “conservador”? Atacar direitos, arrochar salários e precarizar condições de trabalho? Ou lutar para ampliar o financiamento

das instituições, preservar direitos e conservar o poder de compra, especialmente num cenário de inflação em alta? Os/as representantes dos sindicatos enfatizaram que também trabalham com números, em parte divergentes dos apresentados pelos técnicos, mas que o debate deve ser político e considerar a realidade da categoria de docentes e técnico-administrativos, em grande medida endividados e adoecidos.

Instados a conversar em separado para avaliar a possibilidade de um reajuste mais expressivo nesta data-base, capaz de avançar na recuperação de perdas, eles se retiraram. Na volta, como dito no início desta matéria, anunciaram que chegariam a 3,6%, percentual estimado para a inflação calculada pelo IPC-Fipe de maio/2025 a abril/2026, ainda não fechado.

O Fórum insistiu na necessidade de um compromisso dos reitores com uma política de recuperação salarial, tendo como meta a recomposição do poder de compra dos salários em maio/2012. A reivindicação apresentada na Pauta Unificada 2026, calculada com base no IPCA-IBGE, estima esse índice em 15,97%, ainda sem considerar a inflação de abril/2026. Os/as representantes informaram que iriam submeter a proposta às assembleias de base e reivindicaram nova negociação. A presidente do Cruesp concordou em agendá-la para segunda-feira, 11/5, das 14h às 15h.

Reivindicação salarial é de 15,97%, e ainda falta abril na conta

A reivindicação salarial central da Pauta 2026 é a reposição das perdas de maio/2012 a abril/2026, calculadas pelo IPCA-IBGE. Para voltarmos a maio/2012 – neste mês de abril – seria necessário um índice de 15,97%. Ainda falta a inflação de abril/2026 para termos o total da reivindicação. O não pagamento integral da inflação desde maio/2012 já gerou um prejuízo correspondente a 22,7 salários para cada servidor/a docente e técnico-administrativa/o.

Clique a Pauta Unificada 2026 em <https://tinyurl.com/PautaF62026>

COM MOBILIZAÇÃO, É POSSÍVEL AVANÇAR! Todos e todas às assembleias até 8/5!

No início da noite de 4/5, as entidades do Fórum reuniram-se para avaliar a negociação e apontar indicativos. A partir da constatação de que o índice apresentado pelo Cruesp é insuficiente frente à reivindicação de 15,97%, de que é fundamental debater os demais pontos da Pauta Unificada, e frente à nova reunião marcada para 11/5, o Fórum indica a realização de uma rodada de assembleias de base até 8/5, para:

- Avaliar a negociação de 4/5;
- Deliberar sobre o indicativo de paralisações e novo ato público em SP, em 11/5;
- Avaliar a pertinência de que o Fórum apresente uma contraproposta salarial em 11/5. Se sim, apresentar sugestões;
- Avaliar o indicativo de greve geral das categorias na segunda quinzena de maio, caso as negociações não avancem.

UNIVERSIDADE PÚBLICA DE QUALIDADE SE FAZ COM VALORIZAÇÃO SALARIAL, CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO E DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL!

